



GEOGRAFIA, TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL

IDENTIDADES, USOS E IDEOLOGIAS

**MARIA TEREZA DUARTE PAES
MARCELO ANTONIO SOTRATTI**
ORGANIZADORES

I
EMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COMINO UNIVERSITY PRESS

U


ANNA BLUME

O BRASIL QUE A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL REVELA (E ECLIPSA)

DOI https://doi.org/10.14195/978-989-26-1475-5_5

PAULO CÉSAR GARCEZ MARINS⁹

INTRODUÇÃO

Em 2016, a UNESCO concedeu ao Brasil a honra de ter o conjunto moderno da Pampulha, situado em Belo Horizonte, como o 20º bem do país incluído na lista do Patrimônio Mundial. O reconhecimento desse bem como um ponto de inflexão da história da arquitetura moderna – que pelas formas curvas de Niemeyer contestava a rigidez das linguagens modernistas do Funcionalismo e do Racionalismo – colocava mais um elemento na consagração do Brasil como um espaço especial para a reorientação da narrativa que a lista do patrimônio mundial passara a reescrever partir de 1987. Naquele ano, a UNESCO reconheceu Brasília como patrimônio cultural da humanidade, inaugurando finalmente a inclusão de bens vinculados à arquitetura modernista nesse rol. Tal conquista inédita foi um notável feito das autoridades brasileiras, que conseguiam uma primazia frente a países centrais para a história da arquitetura e urbanismo desse movimento, como a Alemanha ou a França, que só alguns anos depois pleiteariam e obteriam o mesmo feito¹⁰.

9. Historiador, Doutor em História Social pela USP, Docente do Museu Paulista da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e em Museologia da USP. Membro do ICOMOS e do ICOM.

10. Após a inclusão de Brasília, foram incluídos na lista, por exemplo, os sítios da Bauhaus em Weimar e Dessau (1996), os conjuntos residenciais modernistas de Berlin (2008), a Usina Fagus em Alfeld (2011), o conjunto reconstruído do Havre entre 1945 e 1964 (2005, que inclui o centro cultural de Niemeyer erguido entre 1978 e 1982). Nas áreas de expansão do modernismo, foram nominados na lista a Cidade Universitária de Caracas (Venezuela, 2000), a casa Schröder de Gerrit Rietveld (Holanda, 2000), a Cidade Branca de Tel-Aviv (Israel, 2003), a casa ateliê de Luís Barragan (México, 2004)

Esse destaque ao modernismo brasileiro na lista do Patrimônio Mundial é, por certo, o coroamento do reconhecimento internacional da notoriedade de nomes como Oscar Niemeyer, Lucio Costa e Roberto Burle Marx, algo que se iniciara desde as exposições *Brazil Builds* (1943) e *Latin American Architecture since 1945* (1955-1956) realizadas pelo MoMA, a instância máxima de consagração das vanguardas no século XX. As sucessivas publicações de projetos desses modernistas por periódicos especializados como *L'Architecture d'Aujourd'hui* e *Architectural Review* e por todos as grandes sínteses historiográficas da arquitetura e do paisagismo do século XX acabaram por integrá-los de maneira estável ao panteão dos grandes modernistas de escala internacional.

Mas a chancela de valor concedida pela UNESCO para Brasília e para a Pampulha é também o resultado de uma longa trajetória de afirmação nacional de seus criadores. Niemeyer, Costa e Burle Marx ainda são tidos como intérpretes privilegiados da identidade brasileira, condição essa alicerçada em sua inserção intelectual e plástica na experiência modernista do Rio de Janeiro consolidada entre as décadas de 1930 e 1950. E embora fossem construtores do presente, é indispensável lembrar que esses nomes já haviam tido suas obras precocemente tombadas pelo SPHAN¹¹, o que revelava os imensos compromissos semânticos entre esse órgão – e seus líderes modernistas – e a preservação de sua própria memória¹². O outro lado dessa auto-devoção, já muito explorada pela bibliografia, foi a consagração preponderante que esse órgão federal dedicou ao maneirismo, ao barroco e ao rococó como expressões fundadoras do *ethos* artístico nacional, que seria preservado – e retomado – pelos modernistas da escola carioca¹³.

o *campus* central da Cidade Universitária da UNAM (México, 2007), a Ópera de Sidney (Austrália, 2007) e ainda o Hall do Centenário de Wrocław, a antiga Breslau alemã (Polônia, 2006). Também em 2016, ano da inclusão da Pampulha, foram listadas obras de Le Corbusier localizadas na Alemanha, Argentina, Bélgica, França, Índia, Japão e Suíça.

11. O Ministério da Educação e Saúde Pública (Palácio Capanema) foi tombado em 1948, a igreja de São Francisco da Pampulha em 1947 e o Aterro do Flamengo em 1965, todos eles poucos anos ou meses depois de terminadas as obras.

12. Ver: NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016, espec. cap. 2.

13. A esse respeito, ver os trabalhos referenciais de: SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília, 1992; RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - IFCH/Unicamp, Campinas, 1992; FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN,

Em estudo anterior, procurei demonstrar o quanto a ampliação das listas de bens tombados e registrados pelo IPHAN após a década de 1980 guarda ainda imensos compromissos com esse cânon modernista de hipervalorização do período colonial. Embora a dilatação do chamado “estoque patrimonial” tenha sido bastante arrojado em ampliar temporalmente o rol de bens tombados advindos dos séculos XIX e XX, esse esforço ainda não foi capaz de equilibrar a supremacia numérica dos edifícios coloniais concentrados em Minas, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Do mesmo modo, as múltiplas heranças culturais advindas da diversidade étnica que caracteriza o espaço e a trajetória temporal do país são ainda opacas em relação ao predomínio das tradições luso-brasileiras¹⁴.

Ao deslocar agora o foco de análise para a lista de bens culturais brasileiros considerados Patrimônio Mundial¹⁵ desde a pioneira inclusão de Ouro Preto em 1980, almejamos ressaltar que esse rol ainda espelha – e com nitidez e rigidez ainda maiores do que a atual lista de bens tombados do IPHAN – uma visão canônica, excludente e hierarquizadora do que somos – ou do que deveríamos ser. Aos olhos da UNESCO – e especialmente aos olhos de nossas autoridades que propuseram e ainda propõe bens à análise desse organismo internacional – pouco escapamos do binômio barroco/modernismo cunhado durante o longo reinado de Rodrigo Mello Franco de Andrade, e de Lúcio Costa, à frente do IPHAN na chamada fase “heroica”. A narrativa histórica que tais bens permitem narrar é, portanto, ainda tributária de uma visão por demais redutora, que se apoiou numa uma visão excessivamente formalista das belas-artes ou das experiências urbanísticas herdadas da metrópole lusitana. Por meio delas, a história do país oscila

1997 [Doutorado em Sociologia, UnB, 1994]; CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [Doutorado em História, UFF, 1998].

14. Ver: MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016. Esse artigo é a versão final de texto apresentado inicialmente no IV Seminário de Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural, na mesa-redonda Patrimônio cultural: identidades territoriais, memórias e ideologias. Universidade do Estado do Rio de Janeiro / Instituto de Geografia, 2012.

15. Escapa, portanto, desta abordagem, as nomeações de sítios naturais brasileiros na lista, cuja nomeação cessou já há cerca de 15 anos: Parque Nacional de Iguazu (1986), Costa do Descobrimento – reservas de Mata Atlântica (1999), Mata Atlântica – reservas do Sudeste (1999), Área de Conservação do Pantanal (2000), Parque Nacional do Jaú (2000, estendido para Complexo de Preservação da Amazônia Central em 2003), Áreas protegidas do Cerrado: Parques Nacionais da Chapada dos Veadeiros e das Emas (2001) e Ilhas atlânticas brasileiras: reservas de Fernando de Noronha e do Atol das Rocas (2001).

entre ser “um imenso Portugal”¹⁶ ou uma ampla fronteira da Europa, na América.

ANTES DE BRASÍLIA: O PRIMADO COLONIAL SE ESTABELECE

Não é de se estranhar que a primeira inscrição brasileira na lista do Patrimônio Mundial tenha sido Ouro Preto. Declarada Monumento Nacional em 1935, alvo de diversas intervenções de restauro pela Inspetoria de Monumentos Nacionais e tombada já em 1938 pelo SPHAN, a antiga capital mineira é o “óbvio ululante” quando se pensa em patrimônio brasileiro a partir do imaginário oficial cunhado desde os anos 1930. Privada que foi de muitas das marcas que denunciavam as múltiplas temporalidades que se acumulavam na cidade desde o século XVIII devido às intervenções profílicas e normalizações patrimoniais que incidiram sobre a cidade ao longo do século XX¹⁷, Ouro Preto era o melhor exemplo de um conjunto patrimonial “homogêneo” – e assim foi considerada no parecer fornecido ao Comitê do Patrimônio Mundial pelo ICOMOS¹⁸ ainda que essa condição tenha sido forjada, forçada e imaginada sobre a cidade.

A nomeação seguinte – o centro histórico de Olinda, em 1982 – foi fruto de um esforço pessoal de Aluísio Magalhães, líder da SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória e falecido nesse mesmo ano, em obter esse mérito internacional para uma cidade que era bastante contrastante a Ouro Preto. Embora as igrejas maneiristas e barrocas sejam marcos topográficos incontornáveis na paisagem de Olinda, o conjunto arquitetônico do centro histórico era muito heterogêneo temporal e estilisticamente. A arquitetura civil apresenta características plásticas sobretudo do século XIX, em função

16. Expressão que empresto de: MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.

17. Ver: MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 22, p. 108-122, 1987; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, n.1, 125-163, 1996. Sobre a vitalidade urbana de Ouro Preto no século XIX, ver: VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, jul.dez. 2016.

18. “C'est son caractere global et son homogénéité qui en font un temoignage culturel unique.” Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1980, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/124/documents/>.

de inúmeras reformas e fachadas de edifícios coloniais, quando não eram tipologias efetivamente modernas, como chalés, a pontuar algumas de suas ruas. O parecer do ICOMOS para a nomeação de Olinda não reconhecia essa heterogeneidade, sendo enfatizada em sua argumentação justificativa os vínculos dos monumentos considerados principais com os séculos XVI, XVII e XVIII, período de clímax da economia açucareira, e o traçado urbano predominantemente setecentista¹⁹.

Não se pode obliterar, inclusive, que algumas intervenções de restauro em igrejas muito antigas, de inspiração maneirista, foram absolutamente radicais na eliminação de traços setecentistas (como ocorreu na igreja jesuítica da Graça) ou da sucessão de traços que restavam das reformas neogótica e neocolonial da Sé de Olinda²⁰. A Catedral, cuja fisionomia atual é uma invenção imaginativa do século XX do que teria sido – ou do que deveria ter sido – uma sé maneirista do século XVI, é por si só um exemplo de como a sedução colonial recaía sobre a cidade em plena década de 1970. De qualquer modo, e apesar das ênfases discursivas no período colonial, a inclusão de Olinda era uma decorrência de sua escolha pelas autoridades nacionais em submeter o pedido, e é evidente que essa escolha significava uma reorientação que se afinava com as várias revisões da gestão de Aluísio Magalhães. Claro também resta que tal percepção mais alargada do que deveria ser o testemunho temporal de um centro histórico encontrava eco na UNESCO, que também nominou na lista, nessa mesma reunião do Comitê de 1982, o Centro Histórico de Havana, também ele marcado por testemunhos arquitetônicos de muitos séculos.

Essa oscilação conceitual que permeava a inclusão das duas primeiras cidades listadas prolongou-se, de certo modo, na aceitação pela UNESCO do terceiro bem brasileiro listado, as ruínas de São Miguel das Missões. É mais do que notório o apreço de Lucio Costa pelas ruínas dessa missão jesuítica espanhola, onde esteve já em 1937 para averiguação do estado das ruínas, sendo ainda considerado, o mentor e autor, juntamente com Lucas Mayerhofer e Paulo Thedim Barreto, do projeto do Museu das Missões. Nesse sentido, não é incongruente que o Brasil tenha candidatado São Mi-

19. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1982, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/189/documents/>.

20. Ver, sobre a Sé: CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.181-204, jan.-abr. 2016.

guel à lista, título que logrou obter em 1983, juntamente com as ruínas argentinas de San Ignacio Mini, de Santa Ana, de Nuestra Señora de Loreto et de Santa Maria la Mayor.

É indispensável ressaltar, contudo, que a nomeação de São Miguel não se referia a um testemunho erguido originalmente na América portuguesa, nem a um monumento revelador das matrizes da síntese nacional forjada no período colonial. O próprio caráter transnacional da nomeação – que seria estendido às ruínas paraguaias das missões da Santíssima Trinidad e de Jesús dez anos depois, em 1993 – era um reforço de uma possível dilatação dos bens brasileiros da lista para além da ortodoxia lusófila cunhada na “fase heroica” do IPHAN.

Essa tríade inicial razoavelmente heterogênea foi cedendo espaço, paulatinamente, para uma sucessão de bens vinculados cada vez mais ao período colonial (material ou imaginariamente), fenômeno perceptível já a partir das duas nomeações à Lista obtidas em 1985 – o centro histórico de Salvador e o Santuário do Bom Jesus de Congonhas. Ambos podem ser considerados peças centrais da narrativa construída pelo IPHAN, desde sua fundação, em celebrar os legados coloniais eruditos de Minas e Bahia como pilares da gestação nacional.

O centro histórico da capital da Bahia é um dos assentamentos de matriz europeia mais antigos do Brasil, visto que a localidade surgira como cidade real em 1549, já com o estatuto de sede governamental da América portuguesa. Embora as igrejas, conventos, mosteiros e sobrados com portadas maneiristas do centro de Salvador formem um dos mais opulentos conjuntos de testemunhos dos séculos XVI, XVII e XVIII ainda existente país, muitas de suas construções civis datam – ou foram então profundamente reformadas – do século XIX. A aceleração dos preços do açúcar desde as crises políticas do Haiti, na passagem dos séculos XVIII e XIX, deram novo ânimo à economia açucareira baiana, gerando riquezas que permitiram um surto de construção, reconstrução e reforma de moradias nas freguesias centrais da cidade, que se estenderia com intensidade oscilante por toda a primeira metade do século XIX. Essa mesma riqueza foi, aliás, a responsável também pela renovação interna de numerosas igrejas soteropolitanas, que tiveram suas talhas barrocas e rocós substituídas pela talha neoclássica nas primeiras décadas do Oitocentos²¹.

21. Ver FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2006.

Os termos da nomeação recomendada pelo ICOMOS ao Comitê destacam, todavia, apenas os vínculos do centro histórico com o período colonial, seja por sua “fidelidade ao plano [urbanístico] do século XVI, [e] por sua densidade monumental e homogênea da construção”, frisando ainda, na proposta de inscrição no critério IV, ser a cidade “um exemplo eminente de estruturação urbana da Renascença adaptada a um sítio colonial”²². Entretanto, Salvador é, paradoxalmente a essa declaração, um exemplo marcante de contestação social aos traçados urbanos ortogonais impostos pela coroa portuguesa na colônia. O perímetro reconhecido pela UNESCO escapa – e muito – à quadrícula original de Luís Dias concebida para a fundação da cidade régia em 1549 e que foi estendida com certa regularidade até as portas do Carmo (o atual largo do Pelourinho). Engloba, portanto, as numerosas ruas de traçado curvilíneo que negaram o modelo renascentista e que se estendem pelas freguesias do Passo, de São Pedro, de Santo Antônio Além do Carmo e da Saúde²³, o que inscreve a cidade naquelas que apresentam aquele traçado de ruas mais livre, recorrente na colonização portuguesa da América, que Sérgio Buarque de Holanda aproximou poeticamente da obra de um semeador.

Nem tão colonial, nem tão renascentista ou barroca, Salvador foi, assim, purificada de suas dissonâncias, especialmente as oitocentistas, quando de sua nomeação pela UNESCO à Lista. Já o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, considerado por muitos historiadores da arte e críticos como a obra-prima do Aleijadinho, foi compreendido como um “surpreendente florescimento da arte religiosa, carregado de reminiscências barrocas, atravessado por correntes rococós, portador de invenções expressionistas modernas”²⁴, uma síntese anacrônica que ecoava, e distorcia, as palavras de Mário de Andrade cunhadas na década de 1920²⁵.

22. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/309/documents/>.

23. Ver, sobre esse crescimento da cidade refratário à matriz renascentista: MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, p. 229-246.

24. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/334/documents/>.

25. Mário de Andrade referia-se a uma vertente transtemporal expressionista, em que o artista mineiro evocaria “Cranach, Baldung, Klaus Sluter”. Ver GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998, p. 55-58.

O santuário de Congonhas foi mesmo alçado pelo ICOMOS à condição de ser “o topo incontestável” da arte cristã na América Latina, além de ser dotado de uma “dimensão estética desconhecida na Europa”²⁶. Tais palavras co-roavam um processo de glorificação internacional das obras de Aleijadinho que já vinha sendo calçado por textos publicados entre as décadas de 1940 e 1970 pelo inglês John Bury, pelo norte-americano Robert Chester Smith e sobretudo pelo francês Germain Bazin, curador de pinturas do Louvre, historiador da arte de imenso renome e autor da monografia considerada até o presente como a mais importante dedicada ao artista mineiro²⁷. O Comitê ratificava, assim, uma proposta brasileira que, juntamente com Ouro Preto, selava a importância de Minas Gerais e do Aleijadinho para a angular compreensão da América Latina como um continente que seria culturalmente independente das metrópoles, sendo ambos, espaço e artista, reformuladores radicais das referências recebidas de Portugal.

A inclusão de Brasília na Lista em 1987 – que ocorreu apesar do tombamento federal não estar efetivado – pode ser considerado também o momento de ratificação internacional dessa mesma capacidade recriadora já sinalizada por Congonhas e pelo Aleijadinho. Barroco e Modernismo brasileiros saltavam, assim, da lista do IPHAN para a da UNESCO, renovando um binômio há muito consagrado pelo órgão federal que pouco seria alterado nas décadas seguintes.

ECOS ORTODOXOS

Em 1991, o Brasil voltava a lograr inscrever mais um bem cultural na Lista do Patrimônio Mundial – e muito dissonante do que obtivera até ali. O Parque Nacional da Serra da Capivara, primeiro sítio arqueológico brasileiro indicado pelas autoridades brasileiras à distinção da UNESCO, abriga desde sítios de arte rupestre datados entre 26.000 e 22.000 a.C. até um vas-

26. Cf. Advisory Body Evaluation (ICOMOS) / Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1985, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/334/documents/>.

27. Ver: BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial* (OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, org.). São Paulo: Nobel, 1991 [reunindo textos publicados no exterior desde 1949]; SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo* (fotografias de Marcel Gautherot). Rio de Janeiro: Agir, 1973; BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963 [editado no mesmo ano também em francês pelo editora Le Temps].

to conjunto de pinturas rupestres que datam de 12.000 a 4.000 anos a.C., datações que foram então ratificadas pelo ICOMOS como os mais antigos testemunhos culturais humanos da América do Sul²⁸. Tal inscrição poderia fazer supor que tal iniciativa governamental brasileira fosse se replicar ao longo dos anos, dado o fato de que já são muitos os sítios arqueológicos relativos a populações ameríndias que poderiam ser postuladas à uma dimensão mundial. Não houve outras candidaturas semelhantes.

O título concedido à Serra da Capivara não pode ser considerado como um prolongamento das aberturas conceituais pelos quais o IPHAN passara na década de 1980. Nesse período, a lista dos bens escolhidos para tombamento federal foi finalmente aberta para a inclusão de bens ligados às heranças afro-brasileiras, à imigração, a uma quantidade grande de edifícios vinculados ao ecletismo e a testemunhos populares, mas não inclui sítios arqueológicos ligados a populações indígenas. Ainda que fosse uma soma de testemunhos culturais materiais, o Parque da Serra da Capivara só seria tombado pelo IPHAN em 1993, dois anos após a inclusão do bem na Lista do Patrimônio Mundial. A pré-condição de haver uma proteção federal no sítio para a candidatura havia sido satisfeita por meio da declaração do mesmo como um Parque Nacional.

Mas, de fato, a candidatura de restos arqueológicos e pinturas rupestres era claramente contrastante aos bens culturais já incluídos na Lista desde 1980, todos ligados ao período colonial e ao modernismo de Brasília. E o único parque nacional anteriormente registrado na Lista – o de Iguaçu, em 1986, em declaração conjunta com a porção argentina – o fora apenas como patrimônio natural, em função das cataratas e das florestas envoltórias.

Mas ao mesmo tempo em que a Serra da Capivara sinalizava uma dilatação do interesse do governo brasileiro para além do binômio temporal dos modernistas do IPHAN, o fencimento de iniciativas correlatas à inclusão na Lista demonstra que tal inclusão não se configurou como uma tendência e sim como um fato isolado.

As quatro candidaturas seguintes do Brasil bem-sucedidas à Lista – os centros históricos de São Luís (1997), Diamantina (1999), de Goiás (2001) e a praça de São Francisco em São Cristóvão (2010) – foram todas seguindo as

28. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1991, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/606/documents/>.

opções do IPHAN de eleger as heranças de predominância luso-brasileiras forjadas no período colonial como evidências da identidade nacional.

A nomeação de São Luís é um caso emblemático de como a ênfase canônica no período colonial oblitera centenas de evidências materiais que contestam essa vinculação. A decisão do Comitê ratificou a avaliação do ICOMOS que incorporava de maneira explícita a hipervalorização do tempo da dominação portuguesa, declarando-se São Luís como “um exemplo excepcional da cidade colonial portuguesa”²⁹, ainda que a própria justificativa encaminhada pelo país lembrasse que parte do tecido urbano, das construções civis, edifícios públicos e indústrias fossem oriundos dos séculos XIX e XX. O revestimento das fachadas de azulejos industrializados estampilhados – uma referência icônica da cidade – é por si só uma evidência da riqueza oitocentista e da seriação permitida pelos avanços técnicos do século XIX. Milhares de unidades de azulejos foram importadas de fábricas europeias, sobretudo portuguesas, numa prática que procurava proteger as superfícies externas dos efeitos da umidade equatorial que caracteriza o clima da cidade³⁰. Tais azulejos, ao contrário dos painéis figurativos setecentistas pintados à mão utilizados especialmente em claustros e capelas mores do Nordeste açucareiro e do Rio de Janeiro, são, assim, um indício consistente de que a aparência da cidade desafiava sua associação prioritária ao período colonial.

O mesmo vínculo temporal com os séculos XIX e princípios do XX está também presente na própria expansão da malha urbana, que guardou correspondência com a quadrícula seiscentista, mas que se expandiu pelos séculos posteriores, inclusive na área que é apenas tombada estadualmente e que está fora do perímetro reconhecido patrimonialmente pela UNESCO. E mesmo nessa área, mais restrita, é grande a presença de sobrados neoclássicos, com portas e janelas de arco pleno no padrão recorrente a todo o Império brasileiro. Uma última evidência da riqueza do século XIX, gerada especialmente pelo cultivo do algodão (especialmente durante a quebra da produção gerada pela Guerra da Secessão norte-americana)³¹, é o revestimento de grande parte

29. Rapport des décisions, 1997, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/2869>; Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1997, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/821/documents/>.

30. Ver: ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana / Fundação Luiz la Saigne, 1980; *INVENTÁRIO do patrimônio azulejar do Maranhão*. São Luís: AML, 2012.

31. Ver: CARVALHO, Carlos de Jesus. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRRJ, 1982; PAULA, Ricardo

das calçadas em lioz português, um sinal explícito dessa opulência econômica da cidade oitocentista³². São Luís é, portanto, um conjunto temporalmente misto, que, no entanto, teve suas temporalidades alisadas em benefício do período colonial que já estava configurado, pelas nomeações anteriores, como um sinal identificador do país.

As nomeações de Diamantina e de Goiás seguem a mesma hipervalorização dos legados coloniais, vinculados respectivamente à extração de pedras preciosas e à mineração de ouro setecentistas. Embora ambas as cidades tenham monumentos de grande evidência dos séculos mais recentes – como é o caso da Catedral de Diamantina, construída na década de 1940 em linguagem neocolonial, e a igreja do Rosário de Goiás, erguida em linguagem neogótica entre as décadas de 1930 e 1950, além de numerosas construções reformadas ou construídas nos séculos XIX e XX – o apelo ao período colonial é recorrente.

A justificativa encaminhada pelo governo brasileiro para a candidatura de Diamantina, embora destacasse obviamente os legados do período colonial, fazia referência ao mercado, ao calçamento de pedras (chamadas popularmente de capistranas, em homenagem a João Capistrano Bandeira de Mello, presidente da província de Minas Gerais que mandou pavimentar as ruas em 1877) e ao passadiço neoclássico da Casa da Glória, todos do século XIX³³. Salvo as capistranas, que foram mencionadas na recomendação do ICOMOS sem que o período de sua implantação fosse explicitado, a glória diamantífera se sobrepôs a todas as outras temporalidades. E, se o pico da extração ocorreu inegavelmente no século XVIII, a cidade permaneceu, apesar da decadência das lavras, como centro produtor de diamantes ao longo das duas centúrias seguintes, além de um centro industrial regional³⁴.

Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. *O comércio marítimo do Maranhão no século XIX*. Disponível em: www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf.

32. Ver, sobre essas características oitocentistas de São Luís: ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*. São Paulo: Audichromo, 1998; SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*, 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998; VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de Viveiros. *Urbanidade do sobrado – um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís*. São Paulo: Hucitec, 2006.

33. Cf. Dossier d'inscription 890, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/890/documents/>.

34. Ver: MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH / USP, São Paulo, 2004; Idem. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”. *História*, Franca, v. 35, e76, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-436920160000000076>.

A cidade é, contudo, vinculada sempre e apenas a seu período de fulgor e, na sequência da vinculação de Minas ao nascimento da consciência nacional tão recorrente nos circuitos do IPHAN, foi declarada, em sua inscrição no critério II, como local em que se criou “uma cultura ao mesmo tempo fiel a suas origens e completamente original”³⁵. Tal colocação, inescapavelmente paradoxal, revelava mais uma vez a opção pelo reforço do período colonial – e de Minas – como aquele em que se conciliava criativamente a origem lusitana e a emergência nacional, numa equação interpretativa que hierarquizava beneficentemente as heranças brancas e ibéricas.

Goiás, considerada pelo ICOMOS como tendo ficado “mais próxima de sua condição de origem”, teria “uma arquitetura austera que se distingue pela utilização permanente de técnicas vernaculares, adobe, taipa e pau-a-pique. Seria também ela que “representa, de maneira mais exata do que qualquer outra, o que eram as cidades da mineração”³⁶, consideração claramente ariscada. Privada de monumentos de grande erudição encontráveis nas cidades que já haviam sido inscritas na Lista, Goiás foi nominada enaltecendo-a como um exemplo de cidade portuguesa adaptada às condições climáticas, geográficas e culturais do centro da América do Sul, além de seu já mencionado caráter exemplar de cidade mineradora e de ter preservado seu entorno no transcurso de sua expansão urbana.

O mesmo caráter temporal suspensivo associado ao período colonial aplicado às outras cidades nominadas foi também vinculado a Goiás. Uma simples comparação entre os desenhos existentes na Casa da Ínsua de 1751, os de William John Burchell realizados na década de 1820 arquivados em Johannesburg e a cidade atual demonstra que o conjunto se alterou substancialmente no transcurso de dois séculos. A própria matriz disso é testemunho, além da já mencionada igreja neogótica do Rosário, recorrentemente obliterada das fotografias da cidade divulgadas pelo IPHAN³⁷.

35. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 1999, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/890/documents/>. Rapport des décisions, 1999, disponível em <http://whc.unesco.org/fr/decisions/2566>.

36. Cf. Évaluation de l'organisation consultative (ICOMOS), 2001, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/993/documents/>.

37. Ver sobre a heterogeneidade da arquitetura de Goiás e sobre as estratégias oficiais para o seu apagamento, inclusive nos discursos da UNESCO: OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

A nomeação da praça de São Francisco de São Cristóvão na Lista foi uma das mais difíceis já alcançadas pelo país. A inclusão foi recusada na sessão do Comitê de 2008³⁸ e reapresentada após esclarecimentos em 2010, quando a inclusão na lista foi aceita. A praça de formato retangular, considerada uma fusão de práticas urbanas de colonização portuguesa e espanhola³⁹, está ladeada pelos conjuntos franciscano e da Misericórdia, pelo Palácio e por um casario civil. Sua nomeação pode ser considerada totalmente coerente com a política continuada do Estado brasileiro de reconfirmar a doutrina modernista de prevalência do período colonial e da recusa, por pelo menos três décadas, de reconhecer qualquer legado alheio a esse período como de importância mundial.

Essa ortodoxia permite compreender porque a penúltima nomeação à Lista obtida pelo Brasil até 2016 – Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar, em 2012 – excluiu a inserção de qualquer segmento do tecido urbano da cidade dentro do perímetro acolhido como Patrimônio Mundial. A cidade do Rio de Janeiro foi, ao longo do século XX, recusada como um “centro histórico” pelo IPHAN, que apenas preservou, em 1990⁴⁰, a área central da Praça XV e imediações, em função das constantes ameaças que pairavam sobre a ambiência do Paço desde a construção do Edifício Centro Cândido Mendes na década de 1970. Foram, por certo, dezenas de igrejas, conventos, palácios e prédios administrativos, entre outras tipologias, tombados desde a década de 1930 pelo IPHAN na cidade, mas a heterogeneidade da paisagem arquitetônica era inaceitável à visão canônica do órgão. A célebre recusa de Lúcio Costa a uma preservação mais abrangente dos edifícios ecléticos da Avenida Rio Branco – para além dos quatro grandes edifícios públicos tombados, após intenso debate com Paulo F. Santos, em 1972 – é uma evidência da antipatia das lideranças doutrinárias do IPHAN quanto às múltiplas temporalidades de um centro histórico intensamente reconstruído nos séculos XIX e XX. Conjuntos urbanos em bairros mais antigos como Laranjeiras, Cosme Velho, Tijuca, Saúde, Gamboa, Catumbi, Morro da Conceição ou Santa Tereza foram igualmente desprezados ao longo do século XX, desinteresse que se replicou pela zona suburbana ou pelos bairros litorâneos da Zona Sul.

38. Cf. Rapport des décisions, 2008, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/1503>.

39. Cf. Rapport des décisions, 2010, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/4026>.

40. Ver: MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão. In: *PROGRAMA de Especialização em Patrimônio* – artigos (2005 e 2006). Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009, p. 141-182

Essa aversão do IPHAN e de seus doutrinadores modernistas sobre os heterogêneos tecidos urbanos do Rio – antipatia recíproca, aliás, se lembrarmos que são numericamente irrelevantes na cidade as construções contratadas sob projeto dos nomes mais importantes da escola carioca, Oscar Niemeyer e Lucio Costa aí incluídos, especialmente no que toca a imóveis privados – não favoreceu que uma postura mais dilatada de nomeação à lista fosse obtida em 2012. A proposta anterior de inclusão da cidade à Lista na categoria mista de patrimônio natural e cultural, sob o título de “Rio de Janeiro: o Pão de Açúcar, a Floresta da Tijuca e os jardins botânicos”, fora negada em 2003, embora o Comitê recomendasse uma reapresentação da candidatura como paisagem cultural⁴¹. Já nessa primeira submissão, a paisagem se restringia ao tombamento da Floresta da Tijuca, ocorrido em 1967, e de parte dos penhascos e entornos tombados em 1973, que abrangeram o Corcovado, o Pão de Açúcar e os morros Cara de Cão, Babilônia, Urca, Dois Irmãos e a Pedra da Gávea.

A sugestão da UNESCO desdobrou-se em um estudo de 2004, em que nove “compartimentos” da cidade foram indicados no perímetro de proteção para uma nova candidatura⁴². Nessa proposta, que efetivamente incluía a paisagem urbanizada em seu perímetro generoso, lançava-se a possibilidade de superar-se o desprestígio que o Rio de Janeiro havia sofrido pelo IPHAN, com a inclusão de diversas áreas tuteladas pelos instrumentos de preservação estadual e especialmente municipal, além dos tombamentos federais.

A candidatura do Rio aprovada em 2012 alargou o perímetro analisado em 2003 mas ignorou vastamente aquele indicado no estudo de 2004. O perímetro reconhecido pela UNESCO incluiu apenas a orla de Copacabana, a linha marítima do Botafogo, o aterro do Flamengo, o Passeio Público, os morros da Urca e Leme, além do Pão de Açúcar, Corcovado, Jardim Botânico, Parque Lage e a Floresta da Tijuca (inclusive os extremos das Pe-

41. Cf. Rapport de décisions, 2003, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/707>.

42. A) Centro, Lapa, Glória, além das ilhas localizadas junto à costa, como a Ilha de Villegaignon, Ilha das Cobras e Ilha Fiscal; b) Parque do Flamengo e Praia de Botafogo; c) Bairro da Urca, incluídos os morros da Urca, Pão de Açúcar e Cara de Cão e as praias existentes no bairro; d) Leme e Copacabana, incluídos os morros do Leme, a ponta de Copacabana e respectivas praias; e) Arpoador, Ipanema e Leblon, incluídas a ponta do Arpoador, o Morro Dois irmãos e respectivas praias; f) Lagoa Rodrigo de Freitas, incluídos seu espelho d’água, o canal do Jardim de Alah, o parque que a circunda e a área do Jôquei Clube Brasileiro; g) Jardim Botânico do Rio de Janeiro; h) Parque Nacional da Tijuca, incluído o Parque Lage; e i) Mar territorial e ilhas oceânicas. Cf. MELLO, Kelly Cristina de. *Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016, p.220.

dras da Gávea e Bonita, da Covanca e dos Pretos Forros). Incluiu também uma parte do município de Niterói situada na barra da baía de Guanabara, abrangendo um perímetro em que estão situados a fortaleza de Santa Cruz e os fortes do Pico, São Luís e Imbuí⁴³.

A avaliação da candidatura do Rio de Janeiro à Lista ocorreu dois anos depois da rejeição daquela relativa a Buenos Aires, proposta como paisagem cultural em 2010. A área central e o grande arco de bairros que se estendia o longo da Barranca desde o rio Matanza até a divisa com Vicente López (incluindo bairros e distritos centrais de La Boca, San Telmo, Montserrat, San Nicolás, Retiro, Balvanera, Palermo, Belgrano e o litoral de Núñez) foi proposto como uma evidência da cidade como patrimônio cultural que testemunhava a integração dos patrimônios material e imaterial, por meio da imensa diversidade cultural gerada pela imigração que marcara suas inscrições no sítio urbano, ele próprio representativo do encontro entre os pampas e rio⁴⁴. A negativa a esse pedido pode ter sido um estímulo a que a candidatura do Rio se ativesse à percepção da paisagem cultural baseada especialmente nas interações com o sítio natural – o que incluía as florestas restauradas dos maciços da Tijuca e da Carioca, bem como agenciamentos paisagísticos que caracterizavam o Jardim Botânico, o Parque Lage, o Passeio Público e os executados por Burle Marx nas orlas de Copacabana, Flamengo e Glória.

Mas o evitar da inclusão de tecidos urbanizados do Rio⁴⁵ (à semelhança daqueles recusados portenhos) não pode ser compreendido apenas como uma precaução estratégica para a obtenção do título. Como foi apontado acima, o IPHAN não havia protegido nenhuma área urbana mais dilatada, nem mesmo porções significativamente amplas da área central. E além dessa recusa dos tecidos urbanos e de suas inscrições matéricas na paisagem da cidade, a candidatura também evitou a inclusão de três áreas previstas no estudo de 2004: a orla do Leblon e de Ipanema (essa mundialmente

43. Para um estudo minucioso da candidatura do Rio de Janeiro em 2012, ver: MELLO, Kelly Cristina de. Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016, parte IV e V.

44. Ver: *PAISAJE cultural de Buenos Aires – el río, la pampa, la barranca y la inmigración*. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2007.

45. “Le tissu bâti le plus dense de la ville couvre les étroites bandes de terre alluviale entre les montagnes et la mer, sous forme de groupes irréguliers de grands blocs blancs offrant un contraste frappant avec la verte végétation des montagnes et le bleu de la mer. Aucun de ces bâtiments n’est inclus dans la zone proposée pour inscription ; en revanche, bon nombre d’entre eux sont inclus dans la zone tampon”. Cf. Rapport des décisions, 2012, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/decisions/4813>.

célebre por sua alusão na canção *Garota de Ipanema*, uma das cinco músicas populares mais executadas em todo o mundo) e, o que causa maior estranheza, o Morro Dois Irmãos, tombado pelo IPHAN em 1973. Esse morro, cercado pelas favelas do Vidigal e da Rocinha, é um ponto sensível da fragilidade que marca a preservação dos espaços naturais tombados na década de 1970 pelo IPHAN, cercados que estão por ocupações precárias nas encostas, especialmente por favelas. Tal exclusão pode também ser compreendida como uma estratégia de evitar a fragilização da proposta no âmbito das medidas de salvaguarda e gestão das áreas a serem avaliadas pelo ICOMOS e pelo Comitê, mas é, claramente, mais uma evidência de que os tecidos urbanos não são reconhecidos como relevantes – o que se intensifica no que toca às favelas, historicamente segregadas das políticas públicas e jamais alvo de qualquer proteção patrimonial federal no Rio.

A mesma precaução quanto à proximidade comprometedoras das favelas pode ser também a razão da exclusão dos Morros da Babilônia (tombado pelo IPHAN em 1973 mas ocupado parcialmente pela favela Chapéu Mangueira), São João, dos Cabritos e do Cantagalo (todos afetados por ocupações precárias, especialmente o último, que abriga as favelas do Pavão e do Pavãozinho)⁴⁶.

Há ainda que se notar que a consagração do paisagismo modernista de Burle Marx – por meio da inclusão do Aterro do Flamengo e da Orla de Copacabana por ele redesenhada na década de 1970 – é, evidentemente, um ponto de consenso entre a candidatura do Rio à Lista aprovada em 2012 e a longa trajetória do IPHAN em reconhecer o trabalho desse paisagista como um dos grandes interpretes modernistas do Brasil. Seus jardins do Ministério da Educação e Saúde, da Pampulha e do Aterro do Flamengo já haviam sido tombados, assim como vários de seus projetos realizados em Brasília. É ele o nome que mais se frisou no dossiê analisado em 2012⁴⁷, o que se relacionava ao fato de ser ele uma chancela já internacionalmente reconhecida e capaz de fazer com que essa candidatura abrangesse uma irresistível obra da ação cultural humana, que arrematava a paisagem natural das montanhas e do litoral no Rio.

46. Sobre a exclusão desses morros, ver: MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, nov. 2012/abr. 2013, p. 12-13.

47. Ver Dossier d'inscription, 2011, espec. p. 70-74, disponível em: <http://whc.unesco.org/fr/list/1100/documents/>. Burle Marx foi também o único artista a ter uma monografia anexada ao dossiê – Roberto Burle Marx, *the Science of Perception*, de autoria de José Tabacow (p. 341-350).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ortodoxia que caracteriza o perfil das nomeações alcançadas pelo Brasil na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO mostra-se como um desafio a ser enfrentado e superado. O século XXI vem sendo, para o próprio IPHAN, um período de transformação intensa, em que diversas perspectivas sinalizadas nos tombamentos inovadores da década de 1980 tornaram-se inspiradores para agendas mais estáveis de renovação conceitual e de tombamentos efetivados.

Além disso, o início da prática do registro do patrimônio imaterial ampliou significativamente os conceitos, instrumentos e metodologias de reflexão patrimonial. Tal ampliação, como já demonstramos em texto anterior, não evitou que as escolhas de bens realizadas nesse âmbito mantenham também um estreito vínculo com a compreensão do Brasil como um território ainda marcado pelos povos que se encontraram – e se sintetizaram – no período colonial, seguindo os moldes conceituais estabelecidos nos anos 1930. As inclusões de bens brasileiros na Lista do Patrimônio Imaterial da UNESCO⁴⁸ segue essa mesma marca temporal, sendo o Frevo uma nota dissonante, visto que forjado já no século XX.

A lista indicativa à candidatura ao Patrimônio Mundial oferece, contudo, perspectivas consistentes de inovação, sinalizando que o perfil de bens pretendidos começa a se afastar da doutrina identitária estabelecida gestão de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Por certo, as antigas candidaturas do Palácio Capanema e do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro (ambas de 1996) e da paisagem de Paraty e do Caminho do Ouro (2004) são ainda claramente vinculadas à ortodoxia do IPHAN. Já as candidaturas da Vila de Paranapiacaba, do Ver-o-Peso e do Cais do Valongo (2014) e dos Teatros da Paz e Amazonas (2015) permitem entrever o desejo de reconhecimento internacional de novas temporalidades e processos históricos ligados ao Capitalismo Industrial e à exportação de café (o que inclui a escravidão

48. Foram nominados o Samba de Roda no Recôncavo Baiano, a Arte Kusiwa – Pintura Corporal e Arte Gráfica Wajãpi (ambos em 2008), o Frevo: expressão artística do Carnaval de Recife (2012), Círio de Nossa Senhora de Nazaré (2013) e Roda de Capoeira (2014), além da inclusão do Yaokwa - ritual do povo Enawene Nawe na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial que Requer Medidas Urgentes de Salvaguarda e da Chamada Pública de Projetos do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e do Museu Vivo do Fandango na Lista de Melhores Práticas de Salvaguarda (todos em 2011).

por ele impulsionada), à arquitetura eclética transformada no país e ao reconhecimento da presença de artistas imigrantes a partir na Belle Époque.

A tradição ainda se faz sentir na candidatura de um conjunto de 19 fortes e fortalezas criadas sob a dominação portuguesa⁴⁹ e do Sítio Roberto Burle Marx, no Rio de Janeiro. Mas a Pedra do Ingá e suas inscrições, os geólitos ameríndios do Acre e o conjunto formado pelo Açude do Cedro e por geólitos como a Pedra da Galinha Choca, todos presentes na lista indicativa em 2015, são fortes sinais de mudança que se somam aos testemunhos das eras imperial e republicana que também estão no rol de indicações ao título de Patrimônio Mundial. Se alcançadas, essas candidaturas oferecerão o início de um contraste ao binômio composto pelas heranças luso-coloniais e pelo modernismo, o que permite entrever a possibilidade de reconhecimento internacional de um Brasil mais heterogêneo – e menos opaco a seus próprios olhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Dora. *Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão*. Rio de Janeiro: Fontana / Fundação Luiz la Saigne, 1980.

ANDRÊS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro (Org.). *Centro Histórico de São Luís – Maranhão*. São Paulo: Audichromo, 1998.

BAZIN, Germain. *O Alejadinho e a escultura barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1963.

BURY, John. *Arquitetura e arte no Brasil colonial* (OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de, org.). São Paulo: Nobel, 1991.

CABRAL, Renata. Entre destruições, achados e invenção: a restauração da Sé de Olinda no âmbito do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 24, n. 1, p.181-204, jan.-abr. 2016.

49. São eles: São Antônio de Ratonés e Santa Cruz de Anhatomirim (SC), Santo Amaro da Barra Grande e São João (SP), Santa Cruz da Barra e São João (RJ), Nossa Senhora de Monte Serrat, Santo Antônio da Barra, Santa Maria, São Diogo e São Marcelo (BA), São Tiago das Cinco Pontas, São João Batista do Brum, Santa Cruz de Itamaracá (PE), Santa Catarina (PB), Reis Magos (RN), São José (AP), Príncipe da Beira (RO) e Coimbra (MS).

CARVALHO, Carlos de Jesus. *Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agrícola) – UFRRJ, 1982.

CHUVA, Márcia. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo - trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; Brasília: IPHAN, 1997.

FREIRE, Luiz Alberto Ribeiro. *A talha neoclássica na Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2006.

GOMES JUNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre as artes e letras no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

INVENTÁRIO do patrimônio azulejar do Maranhão. São Luís: AML, 2012.

MAGALHÃES, Cristiane Maria. Patrimônio e paisagem cultural: reflexões sobre a preservação das paisagens urbanas contemporâneas. *Revista CPC*, São Paulo, n.15, nov. 2012/abr. 2013.

MARINS, Paulo César Garcez. A cidade colonial na América Portuguesa: morfologia urbana, atores sociais, presença do Estado (Salvador, séculos XVI a XVIII). In: CARVALHO, Margarida Maria; LOPES, Maria Aparecida de S.; FRANÇA, Susani Silveira Lemos. (Org.). *As cidades no tempo*. Franca; São Paulo: UNESP, Olho d'Água, 2005, p. 229-246.

MARINS, Paulo César Garcez. Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 57, p. 9-28, jan.-abr. 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande império do Norte”. *História*, Franca, v. 35, e76, 2016.

MARTINS, Marcos Lobato. *Os negócios do diamante e os homens de fortuna na praça de Diamantina, MG: 1870-1930*. Tese (Doutorado em História Econômica) – FFLCH / USP, São Paulo, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal: história e historiografia*. São Paulo: Editora 34, 2008.

MELLO, Kelly Cristina de. *Paisagem cultural do Rio de Janeiro: o patrimônio na valorização, gestão e ordenamento do território*. Tese (Doutorado em Geografia Física) – FFLCH/USP, São Paulo, 2016.

MENDES, Adriana Gonçalves dos Santos. Área central da Praça XV de Novembro: um estudo de gestão. In: *PROGRAMA de Especialização em Patrimônio – artigos (2005 e 2006)*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009, p. 141-182

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto - uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, v. 22, p. 108-122, 1987.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo: Edusp, 2016.

OLIVEIRA, Carolina Fidalgo. *A cidade de Goiás como patrimônio cultural mundial: descompassos entre teorias, discursos e práticas de preservação*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo, 2016.

PAISAJE cultural de Buenos Aires – el río, la pampa, la barranca y la inmigración. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2007.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de; SILVA, Mario Roberto Melo. *O comércio marítimo do Maranhão no século XIX*. Disponível em: www.ufjf.br/heera/files/2009/11/zimbrao_e_silva_-_7.pdf.

RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – IFCH/Unicamp, Campinas, 1992.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, vol. 4, n.1, 125-163, 1996.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. *O tecido do tempo: a ideia de patrimônio cultural no Brasil*. Tese (Doutorado em Antropologia) - UnB, Brasília, 1992.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Arquitetura luso-brasileira no Maranhão*, 2ª ed. Belo Horizonte: Formato, 1998.

SMITH, Robert C. *Congonhas do Campo* (fotografias de Marcel Gautherot). Rio de Janeiro: Agir, 1973.

VIEIRA, Liliane de Castro. Ouro Preto e o século XIX: o mito da decadência. *Revista CPC*, São Paulo, n. 22, jul.dez. 2016.

VIVEIROS FILHO, Francisco Fuzzetti de Viveiros. *Urbanidade do sobrado* – um estudo sobre a arquitetura do sobrado de São Luís. São Paulo: Hucitec, 2006.